

INFORMAÇÃO E AUTONOMIA: A PRESENÇA DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NA VIDA COTIDIANA¹

Email:
elianeavieira@gmail.com
alcenisoares@gmail.com

Eliane Apolinário Vieira Avelar, Alcenir Soares dos Reis

RESUMO

Este ensaio teórico apresenta uma reflexão sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) na vida cotidiana e também sobre os impactos da velocidade tecnológica na sociedade atual. As TICs têm alterado sistematicamente diversas facetas da vida humana nas últimas décadas, ampliando a complexidade da estrutura institucional das comunidades. Contudo, esse novo contexto tende a beneficiar as classes dominantes, que usualmente contam com acesso bem mais facilitado a tais tecnologias, deixando algumas pessoas a margem desse processo, como exemplo, sujeitos da educação de jovens e adultos (EJA). De forma concreta, é preciso identificar as potencialidades de desenvolver ações que conduzam a alternativas e/ou minimizem o caráter excludente que marca a realidade brasileira para esse grupo. Dessa forma, é importante permitir-lhes a obtenção de instrumental tecnológico que lhes propicie avançar para além da leitura e escrita, com a incorporação e domínio das TICs, a fim de que possam exercer de forma plena sua autonomia.

Palavras-chave: Tecnologias da informação e da comunicação (TICs); Vida cotidiana; Autonomia; Educação de jovens e adultos (EJA).

ABSTRACTY

This theoretical essay presents a reflection about the using of information and communication technologies (ICTs) in everyday life. It also discusses the impacts of the technological speeding in the current society. The ICTs is altering systematically several dimensions of human lives. They are increasing the complexity of the institutional structures in communities. However, this new context tends to benefice the dominant classes, who have easier access to theses technologies. This phenomenon implies in a marginalization of some classes, such as the students from youth and adult education (YAE), for example. In practical terms, it is necessary identifying the potential for developing actions which conduce to alternatives and/or minimizing the exclusion of this social group. Therefore, it is important that they can access the technological tools for advancing in reading and writing, incorporating the ICTs. It can allow them to exercise their autonomy in the everyday life.

Keywords: Information and communication technologies (ICTs); Everyday life; Autonomy; Youth and adult education (YAE).

¹ Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI/UFMG)

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, vivemos na chamada “sociedade da informação”, onde a comunicação é mediada por computadores, *tablets*, celulares e outros aparelhos. Nesse contexto, as questões da utilização das informações por esses meios assumem um papel fundamental na vida “pós-moderna” ou, como denomina Lévy (1999), na era da Cibercultura. Nesse sentido, Joaquim (2015, p. 2) afirma que a transição “do século XX para o XXI é marcada pelo avanço do ciberespaço e pela transformação da relação entre o Homem e o conhecimento imbricado na cibercultura”.

Nesse contexto, Kämpfen e Maurer (2018) destacam que o progresso das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) pode ser usualmente considerado o pilar do aprimoramento da qualidade de vida. Pela crescente presença das TICs no cotidiano dos jovens e da sociedade em geral, é preciso, como destaca Freire (1996), que se estabeleça uma postura criticamente curiosa sobre as mesmas. Nessa perspectiva, Ramal (2002, p. 14) destaca que “os suportes digitais, as redes, os hipertextos são, a partir de agora, as tecnologias intelectuais que a humanidade passará a utilizar para aprender, gerar informação, ler, interpretar a realidade e transformá-la”.

Conforme vem sendo enfatizado pela literatura, os contextos da vida social vêm sendo perpassados pelos processos de mudança, cujas características demarcadoras são o uso das potencialidades das TICs, haja vista que estas permitem romper com a dimensão de tempo e espaço agilizando os processos de interação no contexto da sociedade. Nesse sentido, Selwyn (2006) destaca a necessidade dos cidadãos se engajarem nas TICs como forma de “sobreviver” e prosperar na atual era da informação. Warren (2007) ressalta que o acesso às TICs provê vantagens aos seus usuários, tais como a possibilidade de comprar e vender bens e serviços, busca de informações na Internet para resolver problemas de saúde ou para encontrar parentes, ofertas de emprego ou serviços governamentais, por exemplo.

Assim, pode-se dizer que as TICs têm alterado sistematicamente diversas facetas da vida humana nas últimas décadas, ampliando a complexidade da estrutura institucional das comunidades. De modo geral, isso se deve ao potencial fornecido por tais tecnologias, especialmente depois da popularização da internet, que permite acessos mais rápidos a informações e redes sociais.

Pierre Lévy, em 1999, escreveu o livro “Cibercultura”, onde define o Ciberespaço (que ele também chama de rede) como um:

Novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (LÉVY, 1999, p.17).

Ainda de acordo com o referido autor, a “Cibercultura, especifica aqui o conjunto de técnicas [...], de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 1999, p.17). Por sua vez, Trivinho (2007, p.101) descreve a cibercultura como a “configuração material e a atmosfera simbólica e imaginária internacionais da era pós-industrial avançada, correspondente à informatização e à virtualização generalizada da vida social, seja no âmbito do trabalho, seja no do tempo livre”.

Diante do exposto, este ensaio teórico visa apresentar uma reflexão sobre a presença das tecnologias da informação e da comunicação na vida cotidiana e também sobre os impactos da velocidade tecnológica na sociedade atual. Esse trabalho está segregado em seis seções (contando com esta introdução). Na seção 2 discute-se sobre a velocidade tecnológica e na seção 3 são apresentados conceitos importantes para a compreensão do estudo. Já na seção 4 destaca-se a formação de pessoas que não são incluídas digitalmente. Por fim, as considerações finais são apresentadas na seção 5, seguidas das referências.

2. A VELOCIDADE TECNOLÓGICA

Trivinho (2007), destaca que o conhecimento das TICs passou a se constituir um aspecto importante de nossa “vida cotidiana”. Este termo, nesse contexto, é entendido não apenas como uma realidade tida como certa pelos membros ordinários da sociedade em uma conduta que é subjetivamente dotada do sentido que esses imprimem em suas vidas, mas trata-se do mundo que se origina tanto no pensamento quanto na ação dos indivíduos comuns, sendo tratado como real por eles (BERGER; LUCKMANN, 2014).

Diante disso, pode-se dizer que o mundo digital se consolidou de forma relevante no arcabouço institucional de nossa sociedade, alterando significativamente a interação dos agentes e a forma como estes se comportam. É importante destacar que, juntamente com as TICs, surgiu uma necessidade cada vez maior por agilidade a todo momento, não importando o ambiente e a atividade que está sendo exercida pela pessoa, por mais diferenciada que seja sua finalidade.

A partir desse contexto Trivinho (2007, p. 92) apresenta a velocidade como “a forma atual mais sutil da violência da técnica”. Desse modo, diante da institucionalização do mundo digital, acessível por meio das TICs, esse pode ser outra fonte de violência técnica contra indivíduos que não a assimilam.

Kämpfen e Maurer (2018) ressaltam que nem todos os grupos conseguem assimilar as TICs na mesma velocidade. Segundo esses autores, a idade mais avançada e a educação deficitária prejudicam no processo de assimilação das TICs. Mendonça, Crespo e Simões (2015) além de também citarem a idade e o nível de educação como fatores que afetam a relação entre os grupos de sujeitos com as TICs, também ressaltam a situação profissional e o seu nível de renda.

Reforçando essa desigualdade, Hanson (2010) destaca que há uma exclusão das necessidades das pessoas mais velhas no desenvolvimento de aplicações tecnológicas atualmente. É importante destacar que Avilés, Larghi e Aguayo (2016) evidenciam que havia, principalmente na década de 1990, um “otimismo tecnológico”, de que as TICs seriam uma forma de reduzir a desigualdade social. Contudo, como ressaltam aqueles autores, tal otimismo foi declinando ao longo do século XXI.

Warren (2007) adverte que à medida que as TICs (em especial, a Internet e seus recursos) se tornam o meio de comunicação padrão, minorias podem ficar progressivamente em desvantagem (primeiramente em termos relativos e, posteriormente, em termos absolutos). Trata-se da exclusão digital, que pode ser entendida como um conjunto de fatores que se combinam para marginalizar o indivíduo dos processos e benefícios coletivos (WARREN, 2007).

Nesse sentido, Lemos e Costa (2005) ressaltam que a exclusão digital tende a levar a uma nova forma de domínio e controle social por parte das classes dominantes. Estas, ao obterem mais facilmente acesso ao mundo digital, tendem a acumular maior capital simbólico e a terem maior proeminência sobre os indivíduos que são considerados imigrantes digitais, tornando os campos sociais mais adequados aos interesses dos já dominadores.

É importante ressaltar que, de acordo com Palfrey e Gasser (2011), os imigrantes digitais, ao contrário dos nativos digitais, são pessoas que não nasceram em contato direto com ambientes digitais e que não vivem uma vida digital de maneira intensa, mas que se encontram em busca do seu caminho no mundo digital.

Somando-se aos aspectos acima apontados, torna-se pertinente agregarem-se as formulações de Trivinho (2007), tendo em vista que os argumentos do autor indicam ainda as potencialidades e contradições da tecnologia, notadamente em termos de inclusão e exclusão social. Agregando-se aos argumentos do autor acima citado há a perspectiva de Joaquim (2015, p. 5) com a afirmativa de que existe uma “relação próxima entre os conceitos de exclusão/inclusão digital e exclusão/inclusão social”.

Conforme formulação de Trivinho (2007), o conceito de dromocracia, essencial em sua obra, no âmbito das ciências humanas e sociais, teve a sua gestação e fundação crítica na obra “Velocidade e Política” de Paul Virilio. Na referida obra, o autor resalta que “a dromocracia já não está nas mãos dos homens: está nas mãos de instrumentos computadorizados, de máquinas automáticas de resposta etc.” (VIRILIO *apud* TRIVINHO, 2007, p. 100). Para Trivinho (2007), a velocidade como violência é a característica mais marcante na sociedade dromocrática:

Sua manifestação é empírica, funcionalista e de viés instrumental, pois a razão nela socializada privilegiou objetos, fenômenos e processos identificados e comprovados, quer por sua substância, espacialização e efetividade e, como todo apanágio de poder, se manifesta por seus efeitos (VIRILIO *apud* TRIVINHO, 2007, p. 92).

Sendo assim, o referido autor define Dromocracia Cibercultural como:

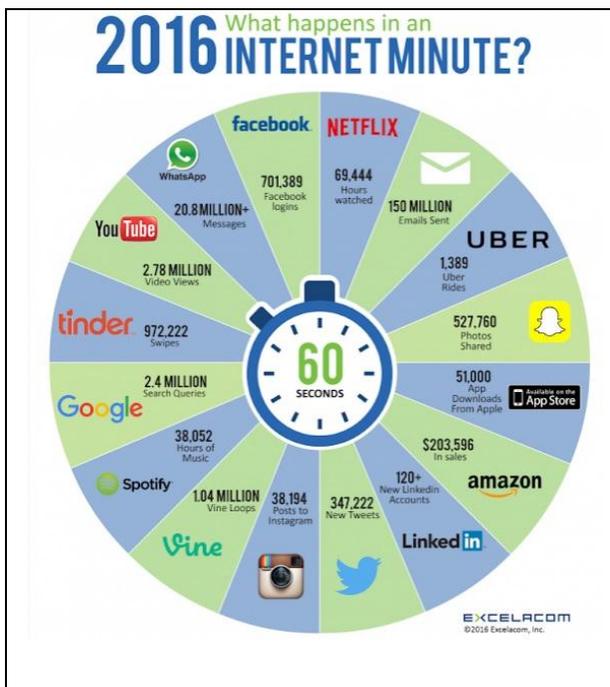
Um regime transpolítico invisível erigido no contexto de um regime político tradicional e visível, a democracia: [...] comparece [...] como um regime eclipsado na dinâmica tecnológica da democracia contemporânea, ou, vice versa, essa democracia não é, hoje, senão a forma sintomaticamente protuberante da Dromocracia Cibercultural. Está não se consubstancia em nenhum fator palpável, materialmente identificável e comprovável. Ela é, *ipsis litteris*, processo. [...] A Dromocracia Cibercultural está acima de qualquer jurisprudência formalizada (TRIVINHO, 2007, p. 101-102).

Mendonça, Crespo e Simões (2015) destacam que a velocidade de assimilação das TICs está relacionada a diversos aspectos, tais como: acesso às TICs, habilidades básicas e capacidades avançadas. É nesse contexto que o sujeito passa a ser classificado como dromoapto ou dromoinapto, ou seja, os que são e os que não são capazes de se adaptarem à velocidade e às práticas da cultura digital, respectivamente (TRIVINHO, 2007). Para ser um sujeito dromoapto é preciso ter o domínio das “senhas infotécnicas” de acesso à Cibercultura, quais sejam: (i) Objeto infotecnológico (hardware); (ii) Produtos ciberculturais compatíveis (softwares); (iii) Status irrestrito de usuário da rede; (iv) Capital cognitivo necessário para operar os três fatores; e (v) Capacidade geral (sobretudo econômica) de acompanhamento regular das reciclagens estruturais dos objetos, produtos e conhecimentos (TRIVINHO, 2007).

Um exemplo atual em que o sujeito é classificado como dromoapto, pode ser identificado no comportamento de muitas pessoas ao utilizarem vários recursos que vão surgindo a cada dia, ferramentas que transferem informações de uma forma cada vez mais veloz.

Figura 2: O que acontece em 1 Minuto na Internet em 2017.

Figura 2: O que acontece em 1 Minuto na Internet em 2017.



Nesse contexto, as figuras 1, 2 e 3 demonstram o que aconteceu em 60 segundos na internet entre os anos de 2016 a 2018. Analisando a Figura 3, por exemplo, podemos perceber que, a cada 1 minuto: acontecem 1.1 milhões *swipes* no Tinder; 187 milhões de e-mails são enviados; 936.073 visualizações no Twitch; 67 dispositivos de voz enviado pelo Amazon echo; 38 milhões de mensagens são enviadas pelo Whatsapp; 25.000 GIFs enviados pelo Messenger; 2.4 milhões de Snaps criados; US\$ 862,823 dólares gastos online; 266 horas assistidas no NetFlix; 3,7 milhões de pesquisas no Google; 973.000 logins no Facebook; 18 milhões de mensagens de texto; 4,3 milhões de visualizações no Youtube; 375 mil downloads de aplicativos no Google Play e na AppStore; 174.000 posts no Instragram e 481 mil tweets enviados.

Figura 3: O que acontece em 1 Minuto na Internet em 2018.



Fonte: Brazil SFE Tech®

Percebe-se que o número de pessoas que utilizam a internet e que possuem uma grande interação com o meio tem aumentado. Comparando-se três anos nota-se que alguns aplicativos deixaram de estar em destaque (Vine, Uber, Spotify) enquanto outros passaram a se destacar, como é o caso do Twitch. Observa-se que em alguns aplicativos foi registrado um número bem mais elevado se comparado aos anos anteriores, como é o caso do Netflix e Whatsapp.

Ressalta-se que se em diferentes momentos for realizada uma pesquisa no site <http://www.internetlivestats.com/> e poder-se-á observar o constante crescimento de utilização de vários aplicativos supracitados.

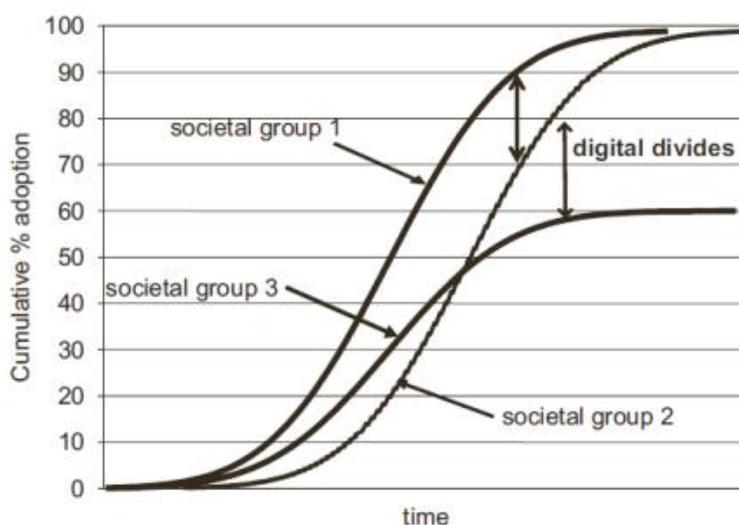
Porém, é importante destacar que ainda existe uma parcela da população que está fora desse contexto e que não consegue acompanhar a velocidade dessas mudanças.

3. AS NOVAS TECNOLOGIAS, O INDIVÍDUO E A SOCIEDADE

De acordo com Haenssger (2018), uma vez que os ganhos das TICs não são distribuídos igualmente entre os sujeitos, muitos se tornam excluídos. Considerando a lógica da velocidade na assimilação das TICs – apresentada por Trivinho (2007) – e a exclusão digital, Warren (2007) apresenta um modelo para evidenciar o “fosso digital” (*digital divide*) entre diferentes grupos de sujeitos (vide Figura 4). Segundo o referido autor, um grupo da sociedade (no caso, o Grupo 1, dromoaptos) assimila as TICs em uma velocidade maior que os demais grupos (2 e 3) devido a fatores como localização, renda, educação e habilidade. Por outro lado, o Grupo 3 é o grupo mais lento na assimilação das TICs, ampliando continuamente o “fosso digital” com os demais, reforçando sua marginalização nesse campo e, conseqüentemente, na sociedade contemporânea (WARREN, 2007).

Trata-se, assim, de uma série de indivíduos que constantemente sofrem com a violência simbólica – na perspectiva de Bourdieu (1979) – em diferentes campos sociais aos quais têm acesso de forma usual, devido ao baixo estoque de capital simbólico que possuem. Silva e Oliveira (2017) ressaltam a violência simbólica como aquela definida pelas relações de poder que se formam entre indivíduos e/ou instituições, que se situam em sistemas/estruturas de poder, que se tornam instrumentos para ajudar a assegurar que uma classe domina outra. Esses autores ainda complementam que essa violência se fundamenta na fabricação contínua de crenças no processo de socialização, o que induz um indivíduo a se posicionar no contexto social seguindo critérios e padrões do discurso dominante. Com base nesse conhecimento do discurso dominante, a violência simbólica é a manifestação desse conhecimento por meio do reconhecimento da legitimidade desse discurso dominante (SILVA; OLIVEIRA, 2017).

Figura 4: Curvas de adoção das TICs e o fosso digital.



Fonte: Warren (2007).

Silva e Oliveira (2017) ainda ressaltam que a violência simbólica pode ser observada em diferentes instituições da sociedade, tais como o Estado, a mídia e a escola. De acordo com esses autores, a violência simbólica seria a grande líder de todos os outros tipos de violência, uma vez que é invisível, tênue e ainda mais audaciosa, propagando todos os dias (na mídia, propagandas, bem como em produções artísticas e culturais), e atacando os indivíduos por todos os lados, sem que tenham plena consciência disso.

Segundo Vígano e Laffin (2016) essa violência está intrinsecamente ligada às relações de dominação entre pessoas ou entre grupos sociais, tratando-se de uma violência exercida, em parte, com o consentimento de quem a sofre, e uma vez que não é física, ela se solidifica nas ações, nas exclusões, nos olhares e nas segregações dos espaços.

Na realidade, estando as TICs cada vez mais presentes na sociedade contemporânea, as pessoas usualmente vivem cercadas por informações que estão disponíveis em diversos suportes, atendendo a várias demandas de um mundo globalizado. Contudo, os imigrantes digitais têm um maior nível de dificuldade em acessar tais informações, o que favorece a preservação de privilégios de grupos mais favorecidos.

De acordo com Joaquim (2015, p. 5), garantir à população “excluída o acesso a bens de consumo não significa garantir a ela todos os direitos de cidadania, justiça e dignidade, assim como prover o acesso a produtos e serviços tecnológicos não significa promover uma efetiva inclusão digital”.

Segundo Moreira (2006, p. 1), “em um sentido mais amplo, a inclusão social envolve a qualidade de vida e como cidadãos plenos, dotados de conhecimentos, meios e mecanismos de participação política que os capacitem a agir de forma fundamentada e consciente”. Já a exclusão digital também deve ser entendida em um sentido amplo, para superar a prática de incluir por meio da formação de mercado consumidor de produtos da informática, e se encaminhar na perspectiva da conquista da autonomia, denunciando, assim, os processos que impedem a maioria da população de acessar plenamente a cultura digital (JOAQUIM, 2015).

4. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE PESSOAS EM TEMPOS VELOZES

Enfocando a EJA no Brasil, e em função desta modalidade educativa e de suas características, é possível inferir que ela possui um número significativo de imigrantes digitais, uma vez que se tem que, tal como destacado pelo Ministério da Educação (2008), Paiva e Sales (2013) e Ribeiro, Viana e Rodrigues (2017), seus sujeitos são majoritariamente ligados a uma população de diferentes frações da classe trabalhadora, que é marcada pela diversidade, cruzada por múltiplas tensões e historicamente excluída. Salienta-se que essa exclusão digital dos sujeitos da EJA, usualmente provenientes de classes menos favorecidas, pode gerar o que Warren (2007) denomina de “ciclo digital vicioso” (*vicious digital cycle*). Segundo esse autor, há uma relação muito estreita entre a exclusão digital e a social, sendo que ambas se retroalimentam. Assim, os sujeitos da EJA teriam fortes desvantagens na sociedade a partir da sua exclusão digital.

Ribeiro, Viana e Rodrigues (2017) destacam que, embora a violência simbólica seja difícil de ser percebida, é fundamental dar voz aos sujeitos da EJA, entendendo como cada indivíduo percebe o ensino que está sendo proposto e quais as dificuldades que enfrentam para ficarem em sala de aula. Tal compreensão pode ser realizada por meio da análise de suas trajetórias sociais e escolares, por questionamentos e indagações ou, simplesmente, por meio de suas perspectivas de vida, considerando que cada sujeito possui suas particularidades na forma de pensar e agir (RIBEIRO; VIANA; RODRIGUES, 2017).

Nesse sentido, Joaquim (2015, p. 2) ressalta que:

Para garantir o direito ao acesso e à produção de conhecimento e, por conseguinte o direito ao pleno exercício da cidadania, as políticas públicas voltadas à educação de jovens e adultos precisam ser pensadas no sentido de oferecer aos sujeitos condições de acesso às Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação.

Em função deste prisma é oportuno pensar na dimensão informacional como um aporte necessário a estes sujeitos, conforme indicado a seguir:

A informação nesse contexto pode ser definida como: substrato da vida social, fundamental à compreensão dos fenômenos, requerendo daquele que a recebe submetê-la a um processo de análise, crítica e reflexão, para que, inserindo-o na historicidade dos

processos sociais possa ser incorporada como conhecimento, norteando a ação” (REIS, 1999, p.155).

Além disso, também é preciso pensar na autonomia que é definida por Paulo Freire como:

Um processo de decisão e humanização que vamos construindo historicamente, a partir de várias, inúmeras decisões que vamos tomando ao longo de nossa existência. Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se construindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas (FREIRE, 1996 apud MACHADO, 2016, p.53).

Sendo assim, a autonomia é uma experiência de liberdade que já pode ter sido vivenciada por alguns educandos da EJA que não mais dependiam de terceiros para realizar tarefas do cotidiano, pois já dominavam a leitura e a escrita. Como é destacado por Marinho (1990, p.44) “quem não sabe escrever e ler pede aos outros que sabem que o faça por eles”. A referida autora utiliza a expressão “favores de escrita” para identificar tal ação.

O que acontece atualmente é que esse tipo de favor se torna a repetir quando essas pessoas precisam de informações que necessitam de interação por meio das novas tecnologias presentes no cotidiano.

Nesse sentido, Duarte (2009, p. 1002) destaca que “o comportamento no uso da informação consiste nas ações físicas e mentais envolvidas na incorporação da informação encontrada ao repertório de conhecimento do sujeito. O indivíduo que alcança a concepção social de apropriação da informação “vai além da construção de conhecimento, sendo capaz de utilizá-lo não só para crescimento individual como também para desenvolvimento da comunidade a que pertence e da sociedade” (DUARTE, 2009, p. 1009).

É importante destacar que “o acesso à informação é uma importante oportunidade de aprendizado, poder e interação, mas pode ser também fonte de desintegração, exclusão social e pobreza, quando esse acesso não se dá de forma uniforme” (ALONSO; FERNEDA; SANTANA, 2010, p. 157).

5. *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

A capacidade do exercício da autonomia está relacionada com o domínio dessa interação no mundo virtual e com a possibilidade de realização de outras tarefas do cotidiano sem passar por constrangimentos e depender totalmente da ajuda de terceiros.

Na EJA, existe um número significativo de sujeitos que nasceram em um período em que a busca por informações era somente em folhetos, livros, jornais, dentre outros impressos. O problema que esses sujeitos enfrentam, simultaneamente com o de não terem cursado o ensino básico na idade considerada “adequada”, é que o seu direito à participação social se encontra em risco por não terem acesso a conteúdo e serviços do universo digital.

Entretanto, considerando que cada vez mais a realidade social tem posto como exigência o domínio das tecnologias como elemento fundamental para o exercício de cidadania e de poder, para o pleno exercício de direitos e como instrumento de autonomia, torna-se relevante avaliar, notadamente no contexto do espaço formativo da modalidade do EJA, as alternativas que poderão ser acionadas, tendo-se claro as dificuldades que se encontram presentes na realidade destes sujeitos.

De forma concreta, é preciso identificar as potencialidades de desenvolver ações que conduzam à alternativa e/ou minimizem o caráter excludente que marca a realidade brasileira para esse grupo. Dessa forma, permitindo-lhes a obtenção de instrumental tecnológico que lhes propicie avançar para além da leitura e escrita, com a incorporação e domínio das tecnologias, a fim de que possam exercer de forma plena sua autonomia.

REFERÊNCIAS

ALONSO, L. B. N.; FERNEDA, E.; SANTANA, G. P. Inclusão digital e inclusão social: contribuições teóricas e Metodológicas. *Revista Barbarói*. Santa Cruz do Sul, n. 32, jan./jul. 2010. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/1289/1092>>. Acesso em: 30 set. 2017.

AVILÉS, J. M.; LARGHI, S. B.; AGUAYO, M. A. M. The informational life of the poor: A study of digital access in three Mexican towns. *Telecommunications Policy*, v. 40, p. 661–672, 2016.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1979.

BRAZIL SFE TECH. *O que acontece em 1 minuto na internet em 2016*. 2016. Disponível em: <<http://brasilsfetechn.blogspot.com/2018/05/O-que-acontece-em-1-Minuto-na-Internet-em-2016.html>>. Acesso em: 29 de maio de 2018.

BRAZIL SFE TECH. *O que acontece em 1 minuto na internet em 2017*. 2017. Disponível em: <<http://brasilsfetechn.blogspot.com/2018/05/O-que-acontece-em-1-Minuto-na-Internet-em-2017.html>>. Acesso em: 29 de maio de 2018.

BRAZIL SFE TECH. *O que acontece em 1 minuto na internet em 2018*. 2018. Disponível em: <<http://brasilsfetechn.blogspot.com/2018/05/O-que-acontece-em-1-Minuto-na-Internet-em-2018.html>>. Acesso em: 29 de maio de 2018.

DUARTE, A. B. S. et al. Inclusão digital e competência informacional: proposta de abordagem metodológica para estudos de usuários da informação digital. In: VIII CINFORM: Encontro Nacional de Ciência da Informação, Salvador, BA: *Anais...* Jun. 2009. Disponível em: <<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/ABSD%20Enancib%202009.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2017.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

HAENSSGEN, M. J. The struggle for digital inclusion: Phones, healthcare, and marginalisation in rural India. *World Development*, v. 104, p. 358–374, 2018.

HANSON, V. L. Influencing technology adoption by older adults. *Interacting with Computers*, v. 22, p. 502–509, 2010.

JOAQUIM, B. S. O empoderamento freireano a partir da inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos. *Revista EJA em DEBATE*, Florianópolis, ano 4, n. 6, p. 1-15, 2015.

KÄMPFEN, F.; MAURER, J. Does education help “old dogs” learn “new tricks”? The lasting impact of early-life education on technology use among older adults. *Research Policy*, v. 47, p. 1125–1132, 2018.

LE MOS, A.; COSTA, L. F. Um modelo de inclusão digital: o caso da cidade de Salvador. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*. UFSE, v. 7, n. 3, 2005. 104-119p. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/415/533>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

LEVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34. 1999.

MACHADO, R. de C. de F. Autonomia. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica, 3ª ed., 2016.

MARINHO, M. *Por uma política do significado da alfabetização*. In: GARCIA, Pedro et al. *Cadernos de Educação Popular*, n. 17. Petrópolis: Vozes/Nova, 1990.

MENDONÇA, S.; CRESPO, N.; SIMÕES, N. Inequality in the network society: An integrated approach to ICT access, basic skills, and complex capabilities. *Telecommunications Policy*, v. 39, p.192–207, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Documento base nacional preparatório à VI CONFINTEA*. Brasília: MEC, 2008.

MOREIRA, I. de C. A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil. *Revista Inclusão Social*. Brasília: IBICT, v. 1, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/29/50>>. Acesso em: 30 set. 2017.

PAIVA, J.; SALES, S. R. Contextos, perguntas, respostas: o que há de novo na educação de jovens e adultos?. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 21, n. 69, 2013.

PALFREY, J.; GASSER, U. *Nascidos na era digital: entendendo a primeira geração de Nativos digitais*. Porto Alegre - RS: Editora Artmed, 2011.352 p.

RAMAL, A. C. *Educação na cibercultura: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

REIS, A. S. dos. *Retórica-ideologia-informação: questões pertinentes ao cientista da informação*. Perspectivas em Ciências da Informação, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p.145-160, 1999.

RIBEIRO, A. C.; VIANA, S. C.; RODRIGUES, A. S. Educação de adultos (EJA): capital cultural e percepções sobre a escola na Amazônia amapaense. *Teias*, v. 18, n. 51, p. 189-209, 2017.

SELWYN, N. Digital division or digital decision? A study of non-users and low-users of computers. *Poetics*, v. 34, p. 273–292, 2006.

SILVA, L. F.; OLIVEIRA, L. O Papel da Violência Simbólica na Sociedade por Pierre Bourdieu. *Revista da Faculdade Santo Agostinho*, v. 14, n. 3, art. 9, p. 160-174, 2017.

TRIVINHO, E. *A dromocracia cibercultural: Lógica da vida humana na civilização mediática avançada*. São Paulo: Paulus, 2007.

VIGANO, S. M. M.; LAFFIN, M. H. L. F. A educação de jovens e adultos como um espaço de empoderamento das mulheres. *Revista EJA em Debate*, v. 5, n. 7, p. 1-19, 2016.

WARREN, M. The digital vicious cycle: Links between social disadvantage and digital exclusion in rural areas. *Telecommunications Policy*, v. 31, p. 374–388, 2007.